

NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS E HISTORIOBIOGRAFIA

Lucinéia Contiero

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Universidade da Força Aérea – conlucineia@hotmail.com)

Resumo: Este artigo intenta abordar a autobiografia – subespécie do gênero biográfico – com base na ambiguidade de seu caráter: enquanto expressão particular e expressão coletiva. Discuto os problemas existentes na utilização desse tipo de material em termos de estratégias metodológicas de análise buscando demonstrar que estas podem ser investigadas enquanto *Historiobiografia*, segundo os parâmetros indicados por Hannah Arendt, metodologia potencialmente válida para o exame das narrativas memorialísticas.

Palavras-chave: Memória; Historiobiografia; Método.

Introdução.

Toda narrativa contém dimensões sociológicas, políticas, filosóficas, religiosas, psicológicas ou outras, que, para além do prazer estético, servem, sob aspectos orientados, a diferentes propósitos pedagógicos. Uma criação narrativa biográfica, no uso de qualquer de suas categorias (autobiografia, memórias, testemunho, confissão, diário...), expressa sempre determinada visão de mundo, racionalizada ou não, que tem como substrato nossa existência, individual e conjunta, histórias de vidas coletivas, particulares e singulares, histórias de uma vida construída na presença de outras histórias de vidas... De um ponto de vista social e político amplo, a narrativa autobiográfica é uma expressão estética de relações que estabelecemos entre nós e com o nosso entorno para formar isso que chamamos de individualidade, de sociedade ou de cultura. Trata-se de uma leitura sobre nós e para nós, reveladora de sentimentos individuais e conhecimentos gerais sobre a vida social em seus múltiplos aspectos. Por intermédio da escrita, um autor de si mesmo participa da construção da realidade contando histórias, falando de gente, de coisas, revelando dramas, formalizando expressões e lembrando lugares, personagens, situações, motivações, sonhos, desejos, para enaltecer atitudes, promover (auto)esperança, denunciar injustiças, violências, mazelas individuais e sociais... Escrever sobre si é, de certa forma, discutir idiosincrasias com a própria consciência. Criador, criadores, época, influências, tendências são dados que não podem ser desprezados, ainda que não constituam o objetivo central de um propósito específico como pensar pedagógica ou sociológica ou antropologicamente. Tais informações – no caso, de natureza pedagógica - mesmo não se destinando ao aprofundamento de teorias ou sendo apenas introdutórias, não deixam de ter sua importância, pois, ampliando o nosso

universo de compreensão da vida, revelam o caráter interdisciplinar da produção do conhecimento demonstrando que a ciência não é o único promontório de onde se pode ver, ler, pensar e discorrer sobre os múltiplos aspectos que conformam o mundo em que vivemos e ajudamos a construir (ou a destruir) coletiva e individualmente. A narrativa autobiográfica interessa a estudos pedagógicos como discurso que revela uma construção de verdades sociais e individuais formativas. A escrita oportuniza, em graus variados, um processo de estranhamento que se realiza quando modificamos a percepção que temos de uma imagem que tomamos automaticamente e que passa a ser observada a partir de um processo de singularização. Sem preparação é difícil estabelecer uma relação mais rica e proveitosa dessa atividade para a elucidação de temas e conceitos associados a determinados aspectos da realidade social. Capacitar o olhar implica despertar no indivíduo uma visão mais crítica – o pensar sociologicamente. Nesta direção, perguntamos: como levar um professor a pensar sua condição profissional? a atribuir significado à sua trajetória de formação, à sua rotina profissional? a extrair dela alimento para a formação continuada? cremos que um recurso eficiente, capaz de promover o “pensar sociológico” e o “pensar pedagógico” seja provocar esse olhar como estranho àquilo que é rotina, o que implica instigar a desautomatização das ações profissionais, instigar um olhar sobre si mesmo, sobre como se vê no contexto educacional, sobre acontecimentos, entorno, preferências, atitudes, crenças, desacordos, relações, história, perspectivas, sua individualidade dentro o sistema educacional... enfim, instigar uma revisão consciente da própria trajetória profissional, uma revisão de memórias.

Após atuar na docência junto à Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea nos últimos dois anos, o cenário se me apresentou ideal para instanciar contextos em que a relevância está no sujeito social focalizado: professores com características diferenciadas, autênticas; professores militares formadores de oficiais da Força Aérea. O interesse se ampliou para o início de um Estágio Pós-Doutoral junto à Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea. Desde então me dedico a pesquisar “Narrativas autobiográficas: exercício de (auto)formação do professor militar da Academia da Força Aérea” com o objetivo de analisar qualitativamente aspectos relativos a histórias de vida de professores/instrutores militares a fim de perceber suas relações com a (auto)formação, a prática docente e a formação doutrinária. O artigo que ora ofereço é um pequeno recorte, um desdobramento de resultados, discussões e pesquisas. Interessa-me apresentar, amplamente, os contornos conceituais da *historiobiografia* – um dos métodos adotados para a análise dos discursos memorialísticos coletados. Espero, a partir de então, incentivar outros

pesquisadores quanto à possibilidade de sua utilização, muito oportuna na compreensão de que os sentidos da vida vão se consolidando misturados às ocupações e circunstâncias da existência cotidiana. Reencontrar tais sentidos e poder intervir na sua ocorrência e direção exige um olhar para o todo da nossa história pessoal. O eixo deste artigo está na noção (e na prática da narrativa) de que o sentido da vida emerge da nossa história pessoal e é juntando história e sentido que a narrativa enreda os eventos de modo a transformar nossa vida em biografia.

A biografia de um indivíduo surge à medida que se descobre a história que sua história conta. Toda narrativa biográfica, incluindo, portanto, qualquer de suas subespécies, tem um teor de auto recordação. A historiobiografia, enquanto método, nasce exatamente da narratividade da história pessoal e de sua interpretação: por ela descobrimos os nexos através dos quais interligamos os acontecimentos da existência e o sentido de ser realizado; noutras palavras, o realinhamento se torna possível para nossa ação e autoria. Logo, a Historiobiografia é uma abordagem que tem por intenção a redescoberta do sentido da existência através da compreensão da história pessoal – narratividade em forma de *relatos*, *historietas*, *histórias*, *biografia*. Tem raízes na filosofia, sobretudo na fenomenologia existencial e no pensamento de Martin Heidegger (*Ser e tempo*, 1953) e de Hannah Arendt (*A condição Humana*, 1984). No Brasil, o método foi trabalhado e divulgado academicamente por Dulce Critelli (*História Pessoal e Sentido da Vida*, 2015), que categorizou o método de “caráter terapêutico-educativo” sob a terminologia aqui utilizada – “Historiobiografia”. Em meus estudos, a Historiobiografia tornou-se foco e suporte teórico-metodológico à análise dos dados coletados, somando-se à Análise do Discurso. O que ora apresento é somente o perfil de um caminho metodológico para análise de narrativas autobiográficas. Não tenciono uma descrição e análise da prática dessa metodologia, tampouco os instrumentos criados para sua aplicação. Busco abordar, sucintamente, os principais pressupostos teóricos que fundamentam e determinam sua origem. O que diferencia a filosofia das demais formas de saber é que sua estrutura é reflexiva, implica um retorno ao já visto e já sabido para novo exame, uma reavaliação de suas interpretações usuais e dadas como certas para permitir sua nova e original manifestação; noutras palavras, uma desautomatização do olhar, a que fiz referência anteriormente. Sua finalidade é a busca do sentido e do significado de tudo o que é convencionalmente chamado de essência. Toda reflexão é um exercício de entendimento dos eventos da vida e das coisas do mundo, retirados ocultamento e

lançados à luz. Deriva de a reflexão o novo agir.

Tendemos a chamar de pensamento toda atividade que envolve definições, interrogações, reflexão. No entendimento de Arendt, o pensar pode desmembrar-se em “conhecimento”; “pensamento” propriamente dito; e “compreensão”: o pensar é o “pensamento” quando sua finalidade é o desencobrimento das essências ou das verdades primeiras e últimas de todas as coisas, a exemplo da filosofia – atividade que exige uma espécie de retomada do mundo corriqueiro, porém, sem compromisso com qualquer ação prática e imediata; o conceito de verdade, de liberdade são suas questões e respondê-las não atende a nenhuma urgência da vida cotidiana. O pensar é “conhecimento” quando busca estabelecer verdades duráveis e úteis, tais como a resistência dos materiais, a composição química da água... O pensar é “compreensão” quando tem por finalidade o entendimento do sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles. Está próximo do pensamento propriamente dito vez que sua estrutura é reflexiva, mas distingue-se dele à medida que o resultado da compreensão interessa imediatamente à ação, portanto, à vida cotidiana e em conjunto. Trata-se de uma atividade que é competência comum a todos, vez que somos incapazes de agir sem compreender. A compreensão precede e sucede tanto o pensamento quanto o conhecimento, porque confere sentido aos seus resultados e esse sentido é referendado culturalmente – um saber, portanto, consolidado e compartilhado.

Os homens experimentam uma necessidade ontológica de compartilhar conhecimentos, descobertas, sentimentos e pensamentos: tudo o que chamamos real é sustentado pelo viver em conjunto. A vida cotidiana depende de cada indivíduo e dos que com ele convivem para ser compreendida: o que considerar certo ou errado, necessário ou obsoleto, que profissão escolher, como ser feliz, em quem o em quem acreditar...

A existência humana, embora ontologicamente compartilhada, é simultaneamente uma existência vivida em primeira pessoa. O senso comum, embora se mantenha consolidado através de gerações, resulta de renovados acordos que o indivíduo, tácita ou explicitamente, faz. Suas experiências vividas aprovam ou desautorizam, simultânea e alternadamente, o falatório e os saberes comuns. Ao mesmo tempo, a manifestação das coisas e dos acontecimentos, em seu sentido, também toca o homem individualmente, abre-se para cada qual em particular, ainda que tudo o que ele percebe e compreenda exija compartilhamento. Toda descoberta, toda novidade, toda nova verdade necessita um lugar no mundo comum para conquistar alguma plausibilidade.

A historiobiografia se apoia e se fundamenta na atividade do pensar que se dá como compreensão. A filosofia é seu pano de fundo principal, o primeiro dentre os saberes disponíveis. A prioridade da filosofia, para a historiobiografia, está na proximidade entre o filosofar (o pensar propriamente dito) e a compreensão, sendo o ponto de partida a necessidade humana de esclarecimento daquilo com que os homens se defrontam para poder dar conta da existência. Nenhum homem foi feito para lidar com os fatos da vida fragmentados e aleatoriamente. Os fatos precisam ser costurados com um fio de sentido que lhes dê alguma razoabilidade para serem compreendidos e somente depois de compreendê-los definimos nossas ações e tocamos a vida. Sem um contexto de sentido em que os fatos da vida se reúnam significativamente perdemos a noção de nós mesmos e de nossa humanidade. Heidegger (1975) afirma que os homens são ontológicos no fundo de seu ser, ou seja, o traço essencial de humanidade é a busca de sentido e de significado para tudo o que experimentamos e mantemos contato. Os eventos da vida precisam ser arranjados numa história para lidarmos com eles. Nosso bom senso, afirma Hannah Arendt, prescinde de sucessão, de encadeamentos com começo, meio e fim.

A realidade é sempre cheia de falhas, de ângulos distorcidos, de contradições e incongruências (ARENDR: 1968). Todas as mágoas são suportáveis quando fazemos dela uma história ou contamos uma história a seu respeito (ARENDR, 2002): o real se torna suportável quando podemos narrar. As histórias arrumam os fatos e os transformam em coisas compreensíveis, em acontecimentos: é a realidade se tornando admissível. “Um mundo que não pode ser narrado não serve para ser habitado”, diz Arendt (1993). Habitar o mundo é habitar a linguagem, através da qual o compreendemos e conferimos a ele sua realidade. A linguagem é a casa do Ser, define Heidegger (1967), pela linguagem nos introduzimos no mundo, conseqüentemente, na existência. Pela linguagem temos acesso ao real, aos outros e a nós mesmos. A linguagem é nossa ferramenta de existir e, ao mesmo tempo, nosso solo. É meio e condição, é destino. O que chamamos linguagem é um fenômeno complexo: ao mesmo tempo em que temos nela a condição originária da nossa humanidade, está inexoravelmente associada à singularidade de cada criatura humana. Os seres humanos são iguais entre si, mas, paradoxalmente, são também únicos. A singularidade de cada homem não vem pronta, é incompleta, porém, temos todo o tempo do nosso existir, até a morte, para construí-la. Nossa singularidade vai sendo modulada ao longo da nossa existência e só se conclui na nossa morte, portanto, quando já não é possível abrir destinos mediante atos e palavras. O eu, portanto, resulta de ações espalhadas no todo da

sua existência, compondo uma história. A cada novo desafio e enfrentamento de situações, a possibilidade de sermos diferentes de quem somos se apresenta. Enquanto agimos, estamos simultaneamente nos construindo e nos revelando, tanto para nós mesmos quanto para os outros – nosso testemunho. De o nosso agir pode vir o inesperado, o improvável. Não por acaso, temos dificuldade de dizer quem somos. Além disso, aqueles com quem contracenamos são os que têm quase uma exclusividade na percepção de quem somos. Enquanto agimos, estamos vinculados aos nossos motivos e intenções, portanto, tendemos a nos ver através deles. Nossos atos e palavras não são auto significantes: de um lado, porque à medida que se destinam aos outros, podem interferir e modificar seu destino, de outro, porque o destino e o significado de nossos atos e palavras só se completam pelos efeitos e consequências que provocam. Embora os outros tenham prioridade na compreensão de quem somos e do que fizemos e dissemos, é através do discurso que imprimimos a nossa marca singular.

Mergulhados nos fazeres diários, atendemos às urgências e emergências do cotidiano, desenvolvemos e fortalecemos nossa condição de atores, mas ignoramos a possibilidade de sermos narradores do nosso viver. Quando alguém pode explicar aos outros que o fez e por que fez, para que fez e quais as consequências de suas ações, quando pode comparar suas intenções com os resultados de seus feitos, quando, ainda, pode julgar seus atos e palavras, certamente terá aprendido a narrar-se. Ser narrador de si mesmo é um árduo aprendizado. Porque age e fala sobre o que faz, o agente dos atos se ilude quanto a poder narrar-se. Ser agente dos próprios atos e falar deles é o primeiro nível em que transcorre nosso existir; o segundo nível é poder ser expectador de si mesmo, de seu agir; o terceiro é narrar-se; o quarto é a análise, reflexão que podemos fazer de nós guiados pela narração: alcance e as consequências de nosso agir sobre os outros e sobre o mundo em que vivemos. O último nível, o do julgamento, é aquele em que preparamos a continuidade de nossas ações, portanto, do nosso existir. É um nível ético e moral, visto consideramos os outros para os quais nossos atos se destinam e o bem e o mal que lhes possamos impingir. É o nível em que balizamos nossa vontade e decidimos se a acolhemos ou a negamos, se damos prosseguimento a nossas ações e nossa participação nos eventos. É a construção de uma narrativa autobiográfica que nos prepara para o julgamento. É somente quando podemos julgar a nós mesmos e, então, escolher e dirigir nossas ações que ganhamos a condição de autoria de nossa existência.

Somos contadores de histórias que expressam os sentidos e nexos que descobrimos e emprestamos para os fatos da vida, aparentemente incoerentes e casuais. No extenso caminho entre nascimento e morte, acumulam-se nossos enfrentamentos

aos fatos da vida – construção da nossa história. Realizar uma história não é necessariamente compreendê-la, mas a é interpretação de nosso ser capturando compreensivamente a história que nossa vida realiza: a personagem que temos sido, somos e podemos ser. A narrativa descortina os fios de sentido que nos conduziram e motivaram sem que percebêssemos, descobre uma biografia numa vida.

Compreender a história que uma vida realiza, como uma singularidade se expressa numa biografia em andamento é o foco da historiobiografia, cujo propósito é procurar a autoria de nossa existência. Mesmo sem consciência ou intenção, elaboramos uma série de *relatos* do nosso viver, fundamentais para nossa matéria essencial, para nossa existência diária. Não são necessariamente narrativas, mas comentários corriqueiros, cotidianos, que nos acompanham durante toda a vida de forma desconectada e, por vezes, contraditória. A construção de uma narrativa autobiográfica não possui equivalência estrutural com esses *relatos*, ainda que não os dispense, visto serem fundamentais para identificar os nexos estabelecidos entre os fatos e elementos da vida do indivíduo. Esses *relatos* tecem e sustentam as nossas relações, formam nossos assuntos, o corpo de nossas conversas. Por eles, fatos vistos e experimentados ganham significado, passam a existir e, ao mesmo tempo, a vida vai ganhando consistência, confirmação, solidez, sustentação.

Enquanto falamos, organizamos os fatos em uma cadeia de relações significativas, formamos cadeias que funcionam como uma espécie de mapas de acontecimentos e nos oferecem formas de lidar com eles. Um relato, ou comentário, sugere os passos que uma pessoa pode dar diante de um acontecimento. Através deles temos iluminada uma imagem de nós mesmos, traçamos um perfil a que nos acomodamos e vamos orientando os outros sobre como lidar conosco. Através deles, acondicionamos uma personagem para nós, e nela nos reconhecemos. Vamos construindo e acumulando, ao longo da nossa existência, uma infinidade de *relatos* a nosso respeito. São expressões aparentemente fortuitas, mas com o poder de definir nosso destino, porque as reafirmamos diante de situações similares e já arquivadas em nossa memória, disponíveis para uso, sem muitas vezes, nos darmos conta. Noutras palavras, *relatos* funcionam como roteiros de como agimos e de como nos comportamos para sermos nós mesmos. Por eles, ordenamos nosso viver numa cadeia temporal, interligando presente, passado e futuro, e nossas crenças sobre como temos sido, estamos sendo e continuaremos a ser. Esses *relatos* cotidianos revelam o poder das palavras e definem o lugar onde o sentido do viver se apresenta e se impõe. A linguagem, segundo Heidegger (2003), é o lugar onde o ser se conserva, onde tudo o

que é torna-se vigente, é chamado em cena. Porém, reitere-se, esses relatos não são elaborados na solidão, os outros com quem convivemos são a fonte original de nossas auto interpretações, os outros nos dão notícia de nós mesmos.

Já as *historietas* são relatos de episódios vividos que formam histórias maiores, mais elaboradas e carregadas de significados. Todos formamos *historietas* na memória, compondo um cenário para o nosso viver e de modo que vão se acumulando ao longo da nossa existência. Expressam, de forma mais direta e intencional, o nosso perfil, nossos sonhos, nosso temperamento. Falam das coisas que nos marcaram, acontecimentos nos quais foram se construindo nossas maneiras de viver e nosso destino. Na contagem de *historietas* raramente se para para pensar, refletir. Raramente as analisamos, compreendemos ou buscamos novos sentidos e/ou novas alternativas para problemáticas que elas expõem. Gostamos de ouvir *historietas* dos outros e as *historietas* que os outros nos contam sobre nós. Os eventos que relatam essas *historietas* estão plenos de motivos e ensejos de viver, são cheias de significados e explicações e nos situam numa cadeia de relações, numa rede de crenças e valores, num complexo de cumplicidades e parcerias através das quais nossas vidas vão acontecendo. Ao contrário dos *relatos*, as *historietas* expressam uma ação mais completa. Não relatam um episódio imediato, antes o estendem no tempo, incluindo tanto o que os seus agentes fizeram e disseram quanto seu alcance e consequências. Além disso, expressam juízos morais sobre os agentes e acontecimentos e, assim, dirigem seus ouvintes nos caminhos e sentidos de seus próprios destinos. Não guardamos as *historietas* tal como foram contadas, isto porque não são demarcadas por nós com os mesmos significados. Sobre as interpretações dos outros se alocam as nossas próprias interpretações. Daí porque as *historietas* que rememoramos raramente são as mesmas para nós e para os outros. São versões referentes aos mesmos fatos, porém, o acontecimento que realizaram é sempre peculiar a cada um de nós. Nossa memória não inventa tais acontecimentos: descobrimos sentidos diferentes e experimentamos de maneira diferente a vida e seus eventos, ressignificando-os. É através de tal ressignificação que as *historietas* passam a serem nossas, acomodam-se singularmente e vão plasmando nossa biografia. *Historietas* revelam como somos, como sentimos, o quê e como pensamos, como agimos e o alcance de nossos gestos e palavras: compõem nossa biografia. Individualmente, cada *historieta* nunca basta para configurar nossa biografia, porque esta diz respeito ao todo de nossa vida.

O terceiro elemento narrativo previsto na historiobiografia são *histórias* – auto interpretações abrangentes temporalmente que começam em geral

com nosso nascimento e chegam até o momento presente, além de oferecerem um esboço, um vislumbre do futuro. Elas nos apanham como um todo, resumem nossa história de vida nos permitindo o auto acompanhamento. Enquanto *relatos* e *historietas* são assuntos diários, com intenção clara e dirigida, as *histórias* são elaborações difusas, veladas e silenciosas. Geralmente temos a noção do nosso todo existencial, mas nunca nos detemos para estruturá-lo numa narrativa consistente. O habitual é procurar fazê-lo fragmentando-a em episódios esparsos: escolhemos os mais significativos, mas não os correlacionamos intencionalmente. Nossa própria *história* nos ronda como uma síntese emblemática e silenciosa, acompanha-nos em surdina, condensa a auto interpretação que viemos fazendo de nós e das razões de sermos como somos. É emblemática porque está ligada a algum episódio que referenda e fundamenta nossa auto interpretação. No bojo da *história*, vivem todas as circunstâncias e elementos que possam explicar quem somos, porque somos e como deveremos ser, estão as razões de nossos sucessos e fracassos, nossos atos e desejos inconfessos, nossos anseios, intimidades, pecados e temores, estão os princípios que nos formaram e que perseguimos, nossa moral e religiosidade (ou ausência dela), estão nosso caráter e a identidade construída.

Em paradoxo, essa *história* auto interpretativa nos resume, mas é inaudita. Inarticulada, age soberana sobre nós como tudo o que nos dirige veladamente. Pertencemos a essa *história* velada mais do que ela nos pertence, somos seus atores, e a autoria que temos dela é precária e inadvertida. Ao mesmo tempo que ela nos explica, abona-nos de contradições, malfeitos, fracassos e culpas. Essas *histórias* têm a função imediata e simultânea de nos revelar e encobrir, de nos mostrar, mas também de nos proteger do olhar e do julgamento, dos outros e o próprio.

Somos criaturas, embora únicas, simultaneamente equivalentes aos outros com os quais convivemos. Esta é uma condição da humanidade – seres coexistentes, afirma Heidegger, ou plurais, na voz de Arendt. O que ultrapassa a identidade genérica que herdamos e nos caracteriza ao nascermos é a forma que vamos imprimindo ao nosso eu através do que fazemos e dizemos. Nossa identidade, portanto, articula-se em razão da *história* que realizamos.

Apesar de amplo referencial biográfico e bibliográfico na área pedagógica, identifico a carência de métodos de pesquisa e abordagens de formação nas pós-graduações que proporcionem a criação de espaços formativos que recuperem, reconstruam e representem significados a partir das experiências pessoais, da reflexão sobre os fatos vividos e compartilhados. O saber efetivado na práxis é reflexivo,

questionador de si mesmo, integra proficuamente a dimensão profissional do professor. É fundamental, como forma de sair das tensões, abandonar incertezas e vencer radicalizações teóricas frágeis e/ou desatualizadas, que os professores busquem a (auto)formação como condição de formação continuada e criem, por si mesmos, representações da prática pedagógica que organizem suas carreiras. Noutras palavras, cada vez mais, vejo na pesquisa da narratividade autobiográfica, com seus *relatos*, *historietas* e *histórias*, uma alternativa válida para lidar com questões complexas pertinentes à formação docente. É verdade que as pesquisas existentes permitem identificar saberes e competências apropriadas à sua atuação. Entretanto, mostram-se insuficientes para dar conta de compreender o processo de profissionalização em toda sua complexidade, causando a impressão de representarem, muitas vezes, movimentos teóricos isolados. Lembro aqui Ramalho, Núñez e Gauthier (2003), para quem a profissionalização docente deve ser entendida nas dimensões *profissionalidade* e o *profissionismo*: a primeira leva o professor a adquirir competências fundamentais para o desempenho das atividades docentes e os saberes próprios da profissão; o segundo vai além da qualificação e competência, é também uma construção social de moral coletiva, do dever ser e do compromisso com a educação. A profissionalização se refere, portanto, à maneira como se estabelecem as relações profissionais, às formas de desenvolvimento da atividade profissional, às associações estabelecidas dentro e fora do contexto de trabalho – implica a criação de estratégias que levem a sociedade a reconhecer qualidades específicas que proporcionem, ao profissional, uma identidade.

Considerações Finais

As memórias são documentos construídos por um autor que, em determinado momento da história, elabora uma narrativa sobre o passado buscando manter coerência e conferir significado a fatos pretéritos. O intuito do memorialista consiste em apresentar a si mesmo no contexto dos eventos narrados. Mesmo tentando adotar um estilo documental isento de valorizações de natureza pessoal, o memorialista permeia sua narrativa com elementos subjetivos, próprios de quem tomou parte nos acontecimentos relatados, daí ser imprescindível situar os relatos memorialísticos no contexto em que são produzidos. Mediante essas considerações, entendemos ser necessário valorizar as memórias como fontes historiobiográficas e, ao mesmo tempo, encontrar recursos de investigação que contemplem a possibilidade de compreendê-las em seu contexto de produção.

Referências

- AMADO, J.; FERREIRA, M. M.. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998
- _____. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1984
- _____. *Between Past and Future – eight exercises in political thought* (New and enlarged edition). New York: The Viking Press, 1968
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *A dignidade da política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2002.
- _____. *A vida do espírito*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. 2 v.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Moraes Marieta (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e os historiadores*. Tradução de Marcos da Silva. São Paulo: Ática, 1995.
- CRITELLI, D. *História Pessoal e sentido da vida*. São Paulo: Educ, 2015
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 2 v. (Pensamento humano)
- _____. A essência da linguagem. In: *A caminho da linguagem*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Qu'appelle-t-on penser?* Trad. Aloys Becker e Gérard Granel. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- RAMALHO, B. NUNEZ, I. & GAUTHIER, C. *Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- RICOUER, P. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.
- SOUSA, C. P. A evocação da entrada na escola: Relatos autobiográficos de professores e professoras. In: BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração*. São Paulo: Escrituras, 1998.